

ABORDAGENS DO NACIONALISMO

John Breuilly

COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

Neste ensaio, farei um exame crítico de como o nacionalismo tem sido definido e interpretado pelos historiadores. Sugerirei então por que as abordagens que o consideram um aspecto da modernidade devem ser preferidas a outras. Em seguida, explorarei de forma mais minuciosa uma dessas abordagens, que se concentra na relação entre o nacionalismo e o desenvolvimento do Estado moderno, fornecendo alguns exemplos das descobertas que ela pode gerar.

Convém saber com clareza o que justifica uma “teoria” referente ao nacionalismo. Primeiro, a teoria em si tem que ser submetida a certos tipos de testes, em cotejo com os dados disponíveis. Portanto, é crucial que ela se estruture de maneira a permitir essas verificações. Há problemas a esse respeito. Um conceito geral que ajuda a estruturar a abordagem de um assunto não pode ser falseado da mesma maneira que uma afirmação particular sobre um acontecimento específico. Trata-se mais de uma questão do uso que se pode fazer desses conceitos para chegar a afirmações particulares. Sem definições e conceitos claros, é impossível identificar e estudar até mesmo um caso particular. O perigo da história não teorizada é que ou ela contrabandeia definições e conceitos não reconhecidos, ou substitui a descrição e a explicação analíticas claras por uma narrativa mal orientada. Uma teoria que não possa ser usada no trabalho histórico não tem valor; um trabalho histórico que não seja teoricamente embasado não tem sentido.

O primeiro problema é saber o que se pretende dizer com nacionalismo. O debate sobre esse tema enfrenta uma grande dificuldade: teóricos e historiadores expressam coisas diferentes com esse termo. Em linhas muito gerais, visualizo três áreas de interesse diferentes: doutrina, política e sentimentos.

É provável que o nacionalismo tenha que ser definido, em primeiro lugar, como uma doutrina, um “ismo”. Entretanto, essa pode ser uma definição muito solta, que sirva apenas de ponto de partida para estudos sobre a política e os

sentimentos. Por outro lado, no trabalho de autores como Kedourie e Talmon, o centro da atenção é o surgimento da doutrina, seguido pelos usos políticos que são feitos dela.¹ O tipo de teoria e história assim produzido concerne às idéias e àqueles que geram essas idéias, sobretudo os intelectuais ou um grupo definido como intelectualidade. E mais: nessa abordagem, a classificação do nacionalismo em tipos diferentes é obtida mediante a distinção entre várias espécies de doutrinas, como o nacionalismo liberal e o nacionalismo integral.²

Não há nada de intrinsecamente errado nessa visão do nacionalismo. Os problemas surgem quando aqueles que empregam essa abordagem do assunto procuram estendê-la ao nacionalismo como política ou como sentimento. Ver a política nacionalista como obra de intelectuais, ou ver os sentimentos nacionais como uma conquista de movimentos políticos que servem a doutrinas nacionalistas, como freqüentemente fazem esses autores, tem pouco valor. Muitas vezes, a política nacionalista é dominada por outros grupos; o surgimento de sentimentos nacionais tem que ser relacionado com mudanças muito mais complexas do que a difusão de uma doutrina, partindo de seus criadores intelectuais para populações mais amplas.

No extremo oposto, o nacionalismo é visto em termos do desenvolvimento de sentimentos nacionais ou da “consciência nacional” numa grande população.³ Muitas vezes, faz-se referência a essa população como a “nação”. Porém, saber até onde se deve equiparar a nação a grupos que partilham conscientemente um sentimento de identidade nacional constitui, como veremos, uma questão problemática. Também nesse caso, não há nada de intrinsecamente errado nessa abordagem. Ela enseja um tipo de trabalho que se concentra em temas como a desintegração da autonomia local e regional dentro de um território “nacional”, visto em termos de centralização política, penetração das relações de mercado, aumento da mobilidade geográfica e social e difusão da homogeneidade cultural. Como alternativa, o sentimento nacional é concebido como uma reação contra essas tendências, quando elas representam os esforços de grupos culturais mais dominantes, que passam a ser encarados como estrangeiros.

Mais uma vez, não há nada errado, em princípio, com esse enfoque. Contudo, também mais uma vez, os problemas surgem quando essa abordagem é estendida às outras maneiras pelas quais se pode identificar o nacionalismo. Assim, as idéias ou a política nacionalistas são vistas como produtos de um sentimento crescente de identidade nacional dentro da nação — talvez representando os interesses dos principais grupos envolvidos no trabalho de centralização, ou de penetração no mercado, ou de expressão dos valores de uma gama de grupos nacionalmente conscientizados pelas transformações da economia, das comunicações e da política. Todavia, sabemos que as doutrinas nacionalistas e a política nacionalista surgem, com freqüência, em sociedades e

regiões onde falta a grande parte da população um sentimento intenso ou claro de identidade nacional. Também podemos apontar casos em que há sentimentos nacionais amplamente compartilhados, mas eles não se associam nem à elaboração de doutrinas nacionalistas nem ao surgimento de movimentos políticos nacionalistas significativos.

Por fim, pode-se concentrar a análise na política. Essa é a abordagem que adoto, mas é importante reconhecer suas limitações. Em si, a importância e as conquistas de um movimento político nada dizem sobre a história da doutrina nacionalista ou sobre o grau de disseminação dos sentimentos nacionais por toda a população que o movimento nacionalista afirma representar. Eu argumentaria, entretanto, que os historiadores costumam considerar importante o tema do nacionalismo quando há um movimento nacionalista significativo. Poucos se dispõem a estudar o trabalho dos intelectuais que elaboram doutrinas nacionalistas e os mitos que as sustentam, se estes não fossem usados de um modo politicamente significativo. Quanto aos sentimentos nacionais, eles são tão difusos e variados que, normalmente, os historiadores só os selecionam como tema de estudo quando geram movimentos políticos.

Há outros termos, estreitamente ligados ao nacionalismo, que precisam ser distinguidos dele. Vejo pouco valor analítico em distinguir “patriotismo” e “nacionalismo”. O primeiro tende a se transformar num termo elogioso; o segundo, num termo ofensivo. Até onde possa haver algum sentido nos termos “nacional”, “nacionalidade” e “grupo nacional”, tal sentido deve estar referido — afora um sentimento consciente de identidade num grupo de pessoas (isto é, o sentimento nacional) — a certos traços que os membros da nação supostamente compartilham, independentemente de sua identidade pessoal. Há quem tente correlacionar o nacionalismo — em qualquer de suas três formas básicas — com essas características objetivas dos grupos, mas seus argumentos nunca foram convincentes e precisam ser sempre acompanhados do reconhecimento de muitas “exceções”. Do mesmo modo, eu faria uma distinção entre termos como *ethnie* e etnia,* de um lado, e nacionalismo, de outro, especialmente quando os primeiros são tidos como referentes a características grupais objetivas.

Uma segunda questão diz respeito ao conteúdo das afirmações de uma doutrina nacionalista ou às metas de um movimento político nacionalista, ou ainda, aos valores associados aos sentimentos nacionais. Por exemplo: os com-

* O autor usa o francês *ethnie*, cuja definição dicionarizada é “grupo de famílias em sentido lato, dotado de uma estrutura familiar, econômica e social homogênea e cuja unidade se baseia numa língua, cultura e consciência grupal comuns” (*Petit Larousse illustré*, 1987). Já o inglês *ethnicity* é definido no *Webster’s Third New International Dictionary of the English Language* (1971) como “qualidade ou afiliação étnica”. O termo francês foi mantido como tal, já que ambos se traduzem em português por etnia. [N. da T.]

promissos com a expansão territorial do Estado nacional ou com a expulsão dos “estrangeiros” do território nacional são muito diferentes. As mesmas pessoas podem compartilhar esses dois interesses, mas não é necessário que o façam e, em muitos casos, pode-se mostrar que elas não os compartilham. Certa doutrina nacionalista pode afirmar que a nação é uma questão de um compromisso subjetivo ativo, enquanto outra pode insistir em que a nação é uma comunidade racial, lingüística ou religiosa, que se constitui independentemente das opiniões de seus membros.

Meu interesse concerne ao nacionalismo como política. No que diz respeito ao conteúdo dessa política, defino-o como baseado nas seguintes afirmações:

1. Existe uma nação, ou seja, um grupo especial que se distingue de todos os outros seres humanos.
2. A identidade e a fidelidade políticas dão-se, antes de mais nada, com e em relação à nação.
3. A nação deve ter autonomia política, normalmente sob a forma de um Estado soberano.⁴

Os movimentos políticos que fazem essas afirmações são modernos, essencialmente movimentos dos dois últimos séculos. Nesse período, eles se tornaram os mais importantes dentre todos os movimentos políticos e contribuíram enormemente para redesenhar o mapa político mundial. Também ajudaram a estabelecer a idéia política preponderante dos tempos modernos, que é a de que o mundo se divide basicamente numa série de Estados, cada um dos quais representa uma nação, e de que, na medida em que isso não acontece em algumas partes do mundo, deve vir a acontecer.

O objetivo mais importante de qualquer teoria geral do nacionalismo é explicar por que esses movimentos tornaram-se tão importantes nos tempos modernos.

Em termos muito gerais, eu distinguiria quatro abordagens do nacionalismo: a primordialista, a funcionalista, a narrativa e a moderna. Por sua vez, divido a moderna — a única abordagem geral que, como pretendo argumentar, é válida — em diversas abordagens diferentes.

AS ABORDAGENS PRIMORDIALISTA, FUNCIONALISTA E NARRATIVA

Primordialista

A forma mais crua que a abordagem primordialista pode assumir é a fornecida pelos próprios nacionalistas. A idéia básica é que sua nação existe há muito tempo. Sua história remonta a séculos atrás. Houve períodos prévios em que a

nação conheceu a grandeza, e houve heróis e fases áureas anteriores que podem inspirar os membros da nação no presente.

O problema dessa abordagem é que ela destoa claramente dos dados da realidade. O nacionalismo como doutrina é muito moderno, mesmo que reconheçamos que Kedourie talvez vá longe demais ao afirmar que ele foi “inventado” no início do século XIX.⁵ Também como política ele é muito moderno. Até o século XVIII, a ação política era justificada em termos dinásticos ou religiosos, embora vez por outra se possa discernir uma referência secundária à identidade nacional.⁶

Uma versão mais aceitável dessa abordagem foi recentemente proposta por Anthony Smith.⁷ Smith afirma que a identidade étnica não é uma invenção recente. Ao contrário, existiram *ethnies* que remontam a séculos atrás — pelo menos no tocante à Europa e ao Oriente Médio —, se não a milênios. O autor define *ethnie* como “populações humanas dotadas de um nome, com mitos ancestrais, histórias e culturas comuns, associadas a um território específico e a um sentimento de solidariedade”.⁸

Smith coloca-se contra teóricos como Gellner, cujo modelo de império agrário não tinha espaço ou, quando muito, tinha um espaço marginal para tais sentimentos de identidade, que abrangiam Estados diferentes numa dada região.⁹ Em vez disso, ele argumenta que o modelo do império agrário não engloba todos os aspectos das sociedades agrárias. Existem outros tipos de sociedades (como as cidades-Estado e as comunidades camponesas autônomas). Há também relações mais complexas entre grupos diferentes do que admite o modelo agrário. Smith classifica então diferentes grupos de *ethnies*, distinguindo, por exemplo, os tipos lateral-aristocrático e vertical-demótico. Podemos ver como essa distinção se ligaria de perto à que foi feita, no tocante à Europa Central, entre as nações “históricas” e as “não históricas”, entre grupos culturais dominantes, como os húngaros, e grupos culturais subalternos, como os eslavos.¹⁰

Smith reconhece que não há vínculos diretos ou deterministas entre essas *ethnies* e as nações modernas. Estas possuem, além das características das *ethnies* acima identificadas, uma unidade jurídica, política e econômica. Smith sabe que muitas *ethnies* não se transformaram em nações modernas. Num livro mais recente,¹¹ ele deixou claras as muitas transformações da modernidade necessárias para transformar uma *ethnie* numa nação. Mas insiste em que a realidade objetiva de uma *ethnie* passada realmente importa para as nações modernas. Sem o que ele denomina “complexos mitológico-simbólicos”, que geram e expressam a identidade étnica, o nacionalismo moderno seria desprovido de raízes e arbitrário. O intelectual ou o político nacionalistas modernos baseiam-se em identidades étnicas existentes. Quanto mais fortes e persistentes são essas identidades, mais bem-sucedido é o nacionalismo moderno.

De certo modo, Smith parece haver descoberto um meio-termo sensato entre os nacionalistas que simplesmente afirmam a história contínua da nação e os que a consideram um *constructo* peculiar e moderno. Entretanto, sem questionar sua alegação de que a identidade étnica efetivamente teve algum sentido em épocas passadas, e de que ela pode impor limites às afirmações feitas no nacionalismo moderno, não considero essa abordagem muito útil para compreendermos o nacionalismo.

Em primeiro lugar, é vital entender as funções e sentidos da identidade étnica. O que reputo significativo, mesmo nos argumentos do próprio Smith, é que a identidade étnica pré-moderna é não-institucional. É interessante notar que os três elementos da nacionalidade moderna que ele considera ausentes das *ethnies* pré-modernas são a identidade jurídica, a política e a econômica. No entanto, essas são as principais instituições em que a identidade nacional pode ganhar forma. O problema da identidade estabelecida fora das instituições, sobretudo das que são capazes de unir as pessoas em amplos espaços sociais e geográficos, é que ela é necessariamente fragmentada, descontínua e elusiva. Isso se aplicaria, por exemplo, à identidade étnica em relação aos grupos de parentesco. Em geral, quando se encontram referências pré-modernas à identidade étnica, estas se relacionam com instituições mais amplas, como a Igreja ou a dinastia. Contudo, essas instituições trazem em seu cerne um sentimento de identidade alternativo e, em última instância, conflitante com o do grupo étnico.

É difícil saber que função tiveram as “afirmações étnicas” para determinados sacerdotes ou reis, mas podemos imaginar que tais afirmações só terão sido feitas enquanto tiverem tido uma função.¹² Também é praticamente impossível saber que sentido tinham tais afirmações, assim como os mitos e símbolos associados a elas, para a maioria das pessoas que, de algum modo, participavam dessas instituições. Talvez possamos identificar padrões culturais comuns num nível mais amplo (por exemplo, nos estilos artísticos), mas não sabemos o que isso significava em termos de um sentimento de identidade, nem podemos ter certeza de que esses padrões não sejam, acima de tudo, um produto de nossas categorias estéticas particulares.

Em segundo lugar, considero mais marcantes as discontinuidades da identidade nacional moderna. É fato, naturalmente, que os intelectuais e políticos nacionalistas lançam mão de mitos e símbolos herdados do passado e os tecem numa trama de argumentos destinados a promover a identidade nacional e justificar as reivindicações nacionais. Entretanto, é difícil correlacionar seu grau de sucesso com a importância “objetiva” desses mitos e símbolos. Sabemos que, em muitos casos, os nacionalistas modernos inventaram mitos; basta lembrar, por exemplo, a epopéia de Ossian, que desempenhou papel tão importante no pensamento nacionalista galês moderno. Obviamente, dado que os nacionalistas levavam a história a sério, a exposição dessa epopéia como uma obra

contemporânea os embarçou profundamente, mas isso tem mais a ver com a visão nacionalista da história do que com o poder da identidade étnica. Mais ainda, fica claro que o nacionalismo moderno transforma esses mitos e também ignora aqueles que podem contradizer seus propósitos. Também fica claro que muitos movimentos nacionalistas poderosos dos tempos modernos tiveram sucesso, apesar de disporem de pouca coisa em termos de história nacional. Será possível afirmar a sério que, de algum modo, a identidade líbia é menos sólida que a identidade egípcia, ou que a dos eslovacos é menos forte que a dos húngaros? Em alguns casos, o desenvolvimento de um rico “complexo mitológico-simbólico” não assume formas “intelectuais” facilmente reconhecíveis e se distingue do elevado enfoque cultural que impregna a maioria dos trabalhos históricos. Por exemplo: tanto nas áreas protestantes quanto nas áreas católicas de Belfast, as paredes de muitos prédios estão cobertas de grafitos que constroem um intenso sentimento de identidade, mas este, no caso protestante, tem pouco reflexo no trabalho dos intelectuais.

É claro que tem que haver *algo* a que os nacionalistas possam recorrer. Não faz sentido dar grande importância à língua e às diferenças lingüísticas quando, na verdade, não existem línguas distintas. Nessa medida, podemos afirmar que a língua romena é uma das bases objetivas sobre as quais se constrói o nacionalismo romeno. Mesmo nesse caso, porém, eu me concentraria na descontinuidade. A codificação de vários dialetos numa língua escrita é uma realização criativa e moderna, que pode produzir resultados diferentes conforme os procedimentos acadêmicos e os interesses políticos. A idéia de que a língua é uma base para estabelecer distinções políticas é moderna. A língua só adquiriu importância política a partir do momento em que se tornou significativa nos três componentes institucionais da nacionalidade moderna: a lei, a política e a economia. Uma política oficial da língua, como a de José II, forçou os falantes de húngaro a abandonarem a *língua franca* do latim e a frisarem sua língua magiar contra os alemães. A expansão de uma estrutura de “opinião pública”, expressa no aumento dos jornais, revistas e panfletos populares e frequentemente ligada à importância crescente das assembléias eleitas nas questões de Estado, também tornou importante a escolha e a padronização da língua. A ampliação do papel das cortes que usavam uma língua vernácula, sobretudo em sua forma falada, tornou a escolha da língua um tema de interesse mais popular. A ampliação das relações de mercado e, especialmente, a junção de diferentes grupos étnicos ou lingüísticos nas mesmas áreas (em geral, pequenas cidades, mas também povoados mineradores) pôde surtir o mesmo efeito. Por fim, e como algo moderno, houve o desenvolvimento da educação em massa. O incentivo de José II ao uso da língua vernácula no ensino primário, por exemplo, estimulou o interesse no uso das línguas eslavas e do romeno, sendo visto como uma ameaça pelos falantes do húngaro.

Em outras palavras, a língua torna-se importante não apenas como um repositório da cultura e da memória nacionais, um armazém de mitos, mas também como uma questão de interesse político, econômico, jurídico e educacional. Eu diria que, quando não é *nada além* de um repositório, ela tem mesmo pouquíssima importância para qualquer um, a não ser para as elites culturais auto-selecionadas. Por vezes, como na Irlanda, essas elites assumem o poder e usam o Estado para impor uma política da língua, mas é claro que isso tem tido um impacto muito restrito. O inglês é a língua dominante, ainda que todas as escolas ensinem a língua gaélica. Na Escócia e no País de Gales, onde o poder estatal raramente chega a ser usado na mesma medida (mais em Gales do que na Escócia), as línguas gaélica e galesa sobrevivem como línguas da comunidade apenas nas regiões montanhosas; afora isso, só são preservadas por minorias de entusiastas culturais. Em todos os outros casos, essas línguas desaparecem. O fato de haverem existido, com tamanho potencial de identidade nacional, é então esquecido, porque não resta ninguém para desenvolver esse potencial, seja na teoria, seja na prática. Esquecer e lembrar são uma parte importante de como se defende a idéia de que as nações modernas têm origens antigas.

Nas sociedades agrárias, as igrejas e as dinastias eram as únicas instituições supralocais capazes de codificar e reproduzir os “complexos mitológico-simbólicos” da identidade étnica. Ora, essas foram precisamente as instituições ameaçadas pelo nacionalismo moderno. Em alguns casos, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna, encontram-se dinastias que desenvolveram uma imagem “racional”, em geral como um instrumento no conflito com instituições que faziam apelos universalistas, como a Igreja Católica ou o Sacro Império Romano. Entretanto, tal política teve um sucesso muito limitado, até se vincular ao papel crescente de instituições que também eram capazes de se opor ao poder monárquico, como o Parlamento inglês.¹³

Mais relevante e difícil de entender é a relação entre a religião e a identidade étnica. Eu concordaria com a argumentação de Gellner de que os impérios agrários nos quais se desenvolveu uma grande igreja caracterizam-se por grupos de letrados que codificam doutrinas que pleiteiam uma validade universal.¹⁴ Essas religiões, especialmente quando são de natureza proselitista, como o cristianismo ou o islamismo, não conseguem aceitar o caráter local e enclausurado das identidades étnicas. Quando muito, podem usar essas identidades como um meio para penetrar nas comunidades, de modo a minar ou subordinar as crenças sobrenaturais locais e seus guardiães.

No entanto, está claro que as igrejas foram um grande veículo de desenvolvimento da identidade nacional moderna. No império dos Habsburgos, por exemplo, as igrejas ortodoxas e uniatas gregas desempenharam um papel central no desenvolvimento de um movimento nacionalista romeno. No império

otomano, as instituições cristãs autônomas foram cruciais para o desenvolvimento inicial dos movimentos nacionais grego, búlgaro e sérvio.¹⁵

Em parte, isso foi consequência do *fracasso* do credo universalista. Os otomanos abandonaram sua missão proselitista islâmica em seus territórios europeus. A única autonomia regional formal que concederam foi às igrejas cristãs. Estas foram pontos de encontro institucionais para os movimentos de autonomização que, no século XIX, reagiram à decadência e à desintegração do império otomano.

No caso da maior parte da Europa, o fracasso do cristianismo universal foi a Reforma. A ênfase no uso da língua vernácula e a oposição ao poder hierárquico do clero ajudaram a dar às igrejas um contato mais estreito com os leigos e com certos grupos lingüísticos. Em comunidades basicamente camponesas, como a dos romenos, a existência de igrejas que lhes eram próprias, toleradas de má vontade e providas de um pequeno grupo de letrados também pôde proporcionar um ponto de encontro para os movimentos posteriores de autonomização nacional.

Em geral, portanto, eu concluiria que a visão primordialista da nacionalidade tem pouco valor. Para além do nível local, a identidade étnica pré-moderna tem uma encarnação institucional bastante débil. Quase todas as grandes instituições que constroem, preservam e transmitem as identidades nacionais, e que as ligam a interesses, são modernas: parlamentos, literatura popular, tribunais, escolas, mercados de trabalho etc. As duas únicas instituições pré-modernas que poderiam ter desempenhado esse papel — as dinastias e as igrejas — mantêm uma relação ambivalente com a identidade étnica. Essas dinastias ou igrejas só se transformam em veículo da identidade nacional quando entram em conflito com outras instituições semelhantes. Mesmo nesses casos, os monarcas, os servidores da Corte e o clero continuam desconfiados dos apelos à nacionalidade; quando um movimento nacional adquire maior apoio e instituições modernas, é freqüente eles entrarem em conflito com os racionalistas mais “avançados”. Isso aconteceu, por exemplo, na Irlanda. A identidade nacional é essencialmente moderna, e qualquer abordagem útil do assunto deve partir dessa premissa.

Funcionalista

Há uma variedade quase infinita de funções atribuíveis ao nacionalismo.¹⁶

Primeiro, existem as funções psicológicas.¹⁷ Afirma-se com freqüência que as pessoas precisam de “identidades”. O nacionalismo pode atender a essa necessidade. Esse argumento é comumente ligado a relatos de crises de identidade, como as causadas pelo declínio da crença religiosa e pelo desgaste das tradições. Pessoas arrancadas de suas aldeias, separadas de suas famílias e seus sacerdotes e deslocadas para cidades anônimas podem encontrar algum conso-

lo na identidade proporcionada pela nacionalidade. Mais ainda: nesse mundo estranho, em confronto com uma mistura de grupos lingüísticos e étnicos, elas adquirem uma aguda consciência de sua própria identidade lingüística e étnica.

Essa abordagem traz muitos problemas para o historiador. A idéia de “necessidade de identidade” é problemática em si e passível de um raciocínio circular. (Quando as pessoas enfatizam uma identidade particular, isso mostra que elas “precisam” dessa identidade, mas essa é a única maneira de tal necessidade se manifestar.) Não é claro que os tipos de conflitos étnicos associados ao moderno crescimento urbano tenham uma relação muito direta com o desenvolvimento do nacionalismo. Em muitos casos, como nos Estados Unidos da América, eles se mantêm basicamente separados. O nacionalismo costuma ser defendido por grupos e indivíduos que não parecem especialmente expostos a essas convulsões sociais. Se pudermos encontrar explicações mais limitadas para o apelo aos argumentos relativos à identidade étnica ou lingüística (por exemplo, o objetivo de excluir os estrangeiros de certos recursos escassos, como os empregos ou a moradia), isso será preferível à tese ampla de que a identidade é necessária.¹⁸ Isso há de significar que existe o risco de só se recorrer a esse argumento quando as explicações mais específicas e verificáveis fracassam.

Acima de tudo, o problema desse tipo de argumento é a necessidade de historicizá-lo. É preciso ligar a crise de identidade a alguma mudança especificamente moderna (declínio religioso, crescimento industrial e urbano) para dar conta do fato de que o compromisso com a identidade nacional é singularmente moderno. Mas as exposições desse tipo vão além dos limites da explicação funcionalista. Por exemplo, a tese de Gellner de que a cultura substitui a estrutura social como provedora da identidade é menos um argumento sobre a “função” da cultura, nas condições modernas, do que sobre o sentido diferente que a cultura e a identidade passam a ter no mundo moderno.¹⁹ É bem possível que haja, nesse caso, uma série de funções mais específicas que possam ser exercidas pelas reivindicações de identidade nacional, como a reserva do mercado de empregos ou a mobilização política, mas elas só são possíveis em vista do caráter global da modernidade e do lugar da cultura como fonte de identidade nas condições modernas.

O mesmo tipo de afirmação pode ser feito contra outros argumentos funcionalistas. Certo tipo de explicação marxista — a de que o nacionalismo exerce uma função que serve aos interesses de classe — pode ser tratado dessa maneira. É claro que, em alguns casos, houve grupos burgueses que estabeleceram uma ligação entre seus interesses e os argumentos nacionalistas. É igualmente claro que os interesses burgueses, em alguns casos, opõem-se a determinados tipos de nacionalismo (os quais, por sua vez, podem estar ligados aos interesses de outras classes). Esse argumento só pode ser levado adiante se perguntarmos por que, na era histórica do capitalismo, um novo tipo de ideologia relacionou-

se com os interesses classistas. Por que não pôde a burguesia usar, para seus propósitos, ideologias mais antigas, como a religião e a dinastia? A resposta deve estar em que há algo diferente na estrutura da burguesia como classe e em suas relações com as outras classes e o Estado, se compararmos isso à situação das classes dominantes anteriores. Poder-se-ia ainda afirmar, por exemplo, que a separação entre o poder econômico e o político está no cerne dessa diferença em relação às épocas anteriores. Uma burguesia não pode desenvolver uma identidade e capacidade políticas através das instituições políticas existentes; em vez disso, passam a ser centrais as idéias de representar um novo estilo de vida (auto-ajuda, iniciativa), freqüentemente encarnado em instituições culturais (grupos religiosos dissidentes, associações de profissionais liberais, corpos docentes etc.), e de ser politicamente “representada” através de parlamentos e de uma opinião pública. A burguesia “domina” pela “influência”, tanto econômica quanto cultural, e não como detentora direta do poder. Isso permite colocar em destaque o papel central das identidades político-culturais, especialmente o da identidade nacional, e o modo como estas se transmitem para as outras classes e o Estado.

Eu não diria que esses argumentos são válidos, mas apenas que é preciso passar de uma explicação funcionalista para uma explicação estruturalista que ligue o papel central da idéia nacional à modernidade.

A mesma lógica funciona com respeito a outros argumentos funcionalistas, por exemplo, o de que a “função” do nacionalismo é promover a modernização. Não há dúvida de que ele foi utilizado dessa maneira (embora também tenha sido usado para outros fins, muitas vezes contrários à modernização). Entretanto, está claro que, originalmente, o nacionalismo foi um aspecto de uma modernidade inintencional. Só depois, quando as idéias de modernidade e nacionalismo estavam firmemente estabelecidas, é que as pessoas puderam usar conscientemente a idéia de nacionalismo em tentativas de promover a modernização. Mesmo nessas ocasiões, é preciso fazer uma distinção entre essa intenção e até que ponto ou por qual motivo ela se realizou com sucesso.

Isso levanta uma objeção mais geral às explicações funcionalistas: elas sabem responder a perguntas sobre o “como”, mas não sobre o “porquê”. Um dos modos pelos quais uma exposição funcionalista pode ser transformada numa explicação diz respeito à intenção deliberada: quando alguém tenciona usar o nacionalismo para a finalidade (= função) de que se trata. Outro modo é que se pode especificar alguma operação de realimentação que reforce uma dada função; por exemplo, a competição funciona no sentido de desenvolver uma economia através de mecanismos como as falências, que eliminam as firmas menos eficientes e, com isso, liberam recursos que permitem a entrada de novas firmas na competição. O problema, entretanto, é explicar como passam a existir essas relações. O nacionalismo não pode originar-se como um projeto

deliberado de modernização, a menos que se atribuam aos nacionalistas uma clarividência e um poder fenomenais; do mesmo modo, ele só pode “funcionar” dessa maneira depois de se haver tornado um componente normal dentro de um novo conjunto de arranjos sociais. Por conseguinte, é necessário ir além das explicações funcionalistas, até as explicações estruturalistas que vêem o nacionalismo como um componente da modernidade.²⁰

Narrativa

Muitos historiadores presumem como certa a ascensão do nacionalismo. Assim, podem simplesmente narrar a história dessa ascensão, ou no plano de casos particulares ou em caráter mais geral.

Uma típica história “nacional” começa pelo estado de coisas tradicional e pré-nacional. Por exemplo, os textos de história da Alemanha começam pelo Sacro Império Romano dos séculos XVIII e XIX. O historiador aponta os inúmeros pontos fracos das instituições imperiais tradicionais e da multidão de pequenas unidades políticas. Em seguida, volta sua atenção para grupos e instituições mais novos e mais dinâmicos — nesse caso, os Estados territoriais (especialmente a Prússia) — e para os agentes portadores de idéias e práticas modernas (empresários, funcionários instruídos). O fio da narrativa consiste em mostrar como as instituições tradicionais desmoronam, com maior ou menor rapidez, frente às forças modernas; estas, por sua vez, convergem e se reforçam mutuamente. Há períodos críticos de avanço acelerado (1813-1815, 1848, 1866-1871), interrompidos por períodos de estagnação ou até de recuos, embora, mesmo durante estes, as forças do movimento nacional continuem a se acumular. Os próprios nacionalistas, é claro, desempenharam um papel fundamental na elaboração dessas narrativas. Alguns elementos delas já estavam sendo compostos antes do *dénouement* [desenlace]. Von Treitschke e von Sybel, por exemplo, já estavam reinterpretando a história alemã antes da unificação de Bismarck, embora essas interpretações não justificassem diretamente a forma particular da unificação. Traçaram-se analogias a partir de narrativas anteriores (por exemplo, a interpretação feita por Droysen sobre Alexandre o Grande, que claramente colocou o brutal conquistador macedônio no papel de uma Prússia).

Além disso, a forma narrativa, com sua suposição de um começo, meio e fim, pôde tornar-se um componente importante do movimento nacional, apresentando-o como uma forma de progresso cujo fim ainda estava por se materializar no futuro. Posteriormente, seria possível escrever narrativas mais celebratórias e conservadoras, mesmo que formas igualmente críticas do nacionalismo continuassem a apresentar a história como algo a ser concluído. Desse modo, a forma narrativa podia dar esteio a formas liberais, conservadoras e radicais de nacionalismo.

Por fim, historiadores acadêmicos sem interesses políticos diretos dispuseram-se a podar os aspectos mais visivelmente propagandísticos e parciais dos relatos nacionalistas. Contudo, freqüentemente aceitaram a narrativa como a forma adequada dos relatos históricos, considerando que o elemento nacional fornecia as fronteiras e a identidade de seu tema, enquanto a principal trama histórica narrava o surgimento, expansão e sucesso dos movimentos nacionais.²¹

Essa também pode ser a forma assumida pelos textos mais gerais de história da Europa ou do mundo moderno. É muito provável que ela venha a ser reforçada pelo colapso do último império multinacional, a União Soviética e seus Estados-satélites do Leste Europeu. É fatal que sejamos regalados com muitos relatos que insistirão em ver a União Soviética como uma barreira artificial da história moderna, que deteve a plena realização da história nacional no Centro e no Leste da Europa.

O problema é que a narrativa não explica nada. Constrói-se com base em pressupostos muito duvidosos.²² Muitas vezes, por exemplo, presume-se que a história do mundo moderno seja a história da “ascensão” do “moderno” e da “queda” do “tradicional”. Mas fica muito claro que o sentido e o teor das idéias nacionais nos primórdios dessa história eram muito diferentes do que foram no fim. Ser nacionalista alemão em 1800 representava algo bem diferente de ser nacionalista alemão em 1870.²³ Quando se apreende que a modernização implica a *transformação de tudo*, fica claro que ela não pode ser entendida como uma constante (o “moderno”) que se desenvolve à custa de outra constante (o “tradicional”).

Em segundo lugar, a narrativa tende a não destacar a contingência dos desfechos. Naturalmente, é impossível provar que as coisas poderiam ter sido diferentes — tão impossível quanto provar que tinham de ser como foram. Mas não é difícil mostrar que elas não correram da maneira como muitos queriam ou esperavam na época. Isso deveria, pelo menos, impor uma pausa para a reflexão. Muitos contemporâneos, por exemplo, não achavam que a Áustria fosse capitular rapidamente diante da Prússia em 1866. Não há uma ligação evidente entre essa capitulação e o desenvolvimento do nacionalismo alemão. Uma narrativa que presuma a vitória — e baseie nela a compreensão do que a Alemanha foi e deveria vir a ser — desconhece esse sentido da contingência e da possibilidade. No entanto, do mesmo modo, uma narrativa que retrate isso como um acidente (fortuito ou desafortunado) corre o risco de retratar a formação do Estado nacional como uma coisa acidental.²⁴

Para fornecer um relato inteligível do que acontece, é claro que a narrativa deve ser teorizada, a fim de que o leitor veja por que o nacionalismo e a formação do Estado nacional (mas não necessariamente todos os nacionalismos e todas as formações concebíveis de Estados nacionais) são aspectos tão dissemi-

nados da modernidade. Para chegar a essa teorização, é preciso verificar como a idéia de nacionalismo se relaciona com o processo geral de modernização.

Conclusão

Há muitas descobertas e verdades parciais nas explicações primordialistas, funcionalistas e narrativas do nacionalismo. Entretanto, elas são insuficientes para se compreender o fenômeno. Faz-se necessário um quadro de referência que explique o lugar da idéia nacional na modernidade. Examinarei agora algumas abordagens que começam dessa maneira.

O NACIONALISMO E AS TEORIAS DA MODERNIDADE

Assim como o interesse pelo nacionalismo como doutrina, como política e como um sentimento largamente compartilhado implica uma ampliação progressiva do tema, é possível focalizar aspectos mais ou menos amplos da modernidade. Para compreender a produção e a aceitação das idéias nacionais há quem se concentre nas transformações das elites. Eu incluirei nessa categoria o importante trabalho comparado de Miroslav Hroch.²⁵ Há os que, como eu, concentram-se nas transformações da natureza do poder, enfocando a produção e aceitação da política nacionalista. E há quem se concentre nas transformações societárias que levam à produção e aceitação dos sentimentos nacionalistas em amplas camadas da população. Eu incluirei o trabalho de Ernest Gellner nesta categoria.

Transformação da consciência e idéias nacionalistas

Quanto ao primeiro tipo de trabalho, escolherei o livro de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*.²⁶

O ponto de partida de Anderson é a questão levantada pelo título do livro: a nação é uma comunidade imaginada. Esse tipo particular de imaginação é moderno. Isso não significa que a nação seja contrastada com comunidades “reais”; todas as comunidades são imaginadas. O que precisamos entender é por que surgiu esse estilo particular de imaginação.

O que há de característico nesse estilo de imaginação é que as pessoas imaginam a nação como uma comunidade limitada e exclusiva, que é (ou deveria ser) soberana e digna do sacrifício — em última instância, o sacrifício da própria vida. Esses aspectos correspondem muito de perto à definição, que já apresentei, do núcleo doutrinário do nacionalismo.

Anderson dedica seu estudo a propor uma visão de como surgiu esse estilo de imaginação. De especial importância nessa explicação são as experiências das elites culturais e políticas nas periferias coloniais dos Estados imperiais, em

particular sob o impacto do capitalismo, do desenvolvimento de línguas vernáculas e do que Anderson denomina “cultura impressa”.

Não disponho de espaço para examinar aqui, de forma detalhada, como Anderson desenvolve esse argumento. Diria apenas que ele o faz de maneira brilhante e persuasiva, embora eu considere que o argumento funciona melhor em alguns casos (América Latina, África Oriental britânica, Indochina francesa), é menos convincente em outros (Rússia, Índia) e, a meu ver, enfrenta graves problemas em muitos casos europeus. A razão disso é que a tese de Anderson funciona melhor quando há um vínculo estreito, ou até uma identidade, entre os grupos que desenvolvem concepções culturais da nacionalidade e os grupos, muitas vezes originalmente colaboradores do Estado imperial, que se encontram no centro da política nacionalista. Ela também funciona melhor em relação aos grupos culturais subalternos, na periferia de grandes Estados multinacionais, do que aos grupos culturais dominantes que se acham no centro desses Estados.

Isso, por sua vez, aponta para um problema presente na abordagem de Anderson e em qualquer outra abordagem desse tipo. Ela é capaz de explicar como novos tipos de idéias sobre as comunidades (e sobre o modo como estas devem ser organizadas) podem desenvolver-se em certas elites culturais. Mas não consegue explicar por que essas idéias despertariam alguma reação nos que estão no poder ou em amplas camadas da população. Com efeito, é possível localizar vários exemplos de elites que desenvolveram essas idéias e construíram novos complexos “mitológico-simbólicos”, mas estes continuaram marginalizados em relação à política e à sociedade.

Se acreditássemos numa teoria do nacionalismo “em estágios”, iniciando-se pela elaboração de idéias, passando para a construção de movimentos políticos e culminando em sua transformação no sentimento aceito por uma sociedade inteira, tal abordagem poderia, pelo menos, ajudar a explicar como vem a ser dado o primeiro passo. Entretanto, creio que há problemas nessa teoria dos estágios. Por exemplo, existem casos em que uma visão nacionalista elaborada tem que ser desenvolvida *depois* da formação de um movimento político nacionalista, ou tem que ser importada do exterior. Eu diria que os que montaram a eficaz política de resistência ao império otomano na península grega, por exemplo, julgaram conveniente expor sua política em termos de uma visão helenista basicamente elaborada por europeus ocidentais e que tinha uma influência importante na opinião pública e nos governos do Ocidente.

Poderíamos concluir que uma abordagem destinada a explicar o desenvolvimento de novas idéias políticas não pode explicar, simultaneamente, o desenvolvimento de novos movimentos políticos ou sentimentos sociais. Há muito a dizer em favor dessa visão. Argumentarei que os mesmos aspectos se aplicam às abordagens que se concentram no Estado ou na sociedade. Não obstante,

gostaria de reiterar uma afirmação anterior: a de que nos interessamos por essas idéias, antes de mais nada, porque elas se tornaram politicamente importantes. Eu diria também que, a menos (e até) que essas idéias se “fixem”, por se tornarem parte de um movimento político que tem que negociar com governos e granjear apoio na sociedade, elas tendem a ser vagas e descontínuas.

Por exemplo, encontramos várias concepções da nacionalidade alemã entre as elites culturais do período de 1800 a 1830. A maneira como Anderson abordou o nacionalismo poderia ser aplicada com proveito ao processo pelo qual essas concepções se desenvolveram. Mas havia nestas algo de muito etéreo: elas eram disciplinadas e moldadas por princípios puramente intelectuais. No entanto, quando um movimento nacionalista liberal começou a tomar forma e procurou influenciar governos, fundamentar-se em instituições existentes (como a união aduaneira) e mobilizar apoio na sociedade alemã, as concepções nacionalistas também assumiram uma forma mais definida, uma forma que então se cristalizou no trabalho de divulgadores políticos. Em outras palavras, ao se tornar parte do processo político, altera-se o caráter intelectual da “imaginação” nacionalista.

Transformação societária

Anderson refere-se à difusão do capitalismo, mas ela constitui apenas um pano de fundo para sua exposição principal. Hroch relaciona de um modo muito mais satisfatório a construção de um nacionalismo da elite com os avanços capitalistas, através de uma comparação rigorosa e de um estudo detalhado das regiões e grupos que assumem a liderança desses movimentos nacionalistas.

Mas, à parte a compreensão da dimensão política que também molda o nacionalismo, existe o problema de explicar por que este se transforma numa idéia amplamente aceita e defendida. Já argumentei sobre a insuficiência de qualquer explicação que considere isso em termos de o nacionalismo ser funcional para tal ou qual interesse de grupo.

Gellner fornece um tipo de análise que vai longe. No nível mais geral, afirma que a cultura tanto se torna uma esfera separada na sociedade moderna quanto, num processo de industrialização móvel e de rápidas mudanças, pode vir a fornecer uma base para a identidade, uma base que os papéis nas estruturas sociais não conseguem proporcionar. Acrescentem-se a isso suas colocações sobre como a sociedade industrial, a educação em massa e a construção de uma esfera de cultura popular também ajudam a produzir uma cultura nacional “padronizada”. Teremos então um poderoso conjunto de termos para entender por que a identidade nacional é moderna e peculiar, mas também muito difundida.

Mais uma vez, como no caso de Anderson, permitam-me reconhecer de pronto o poder, a importância e a força de convicção desse argumento. Mas há

aspectos particulares que eu questionaria — por exemplo, no que se refere à explicação das origens dos sistemas de educação em massa. Gellner considera que isso se deveu à necessidade de uma força de trabalho minimamente qualificada (por exemplo, com alfabetização primária). Não há dúvida de que esse argumento corrobora sua exposição geral da especialização da cultura e da pressão no sentido de uma língua nacional padronizada. Isso parece constituir uma explicação funcionalista, com os tipos de problemas a que já me referi. Está muito claro que, em diversos casos, houve outras intenções por trás da ampliação do ensino escolar, tais como a disciplina, o humanitarismo e a preocupação com o novo problema da juventude, criado pela mudança das relações entre a casa, a idade e o trabalho. É difícil isolar um mecanismo que “escolha” a educação em massa em oposição a outras possibilidades. Em vista disso, é difícil aceitar uma ligação direta entre a “necessidade” da sociedade industrial de dispor de uma mão-de-obra exposta à escolarização em massa e a “oferta” dessa escolarização.

Entretanto, eu concordaria em grande parte com a tese de que há uma ligação estreita e até necessária entre a formação das sociedades industriais e a de culturas nacionais “padronizadas”. Isso tanto tem a ver com as relações de mercado e com a crescente penetração “para baixo” das instituições estatais (como os tribunais, os exércitos baseados na convocação e as burocracias previdenciárias) quanto tem a ver com o inegável avanço da escolarização primária em massa. É muito poderosa a idéia de que, nas sociedades industrializadas, a maioria das transações sociais ocorre dentro de “zonas culturais” que são cada vez mais definidas pela idéia nacional.

A principal dificuldade está em relacionar esse argumento com o nacionalismo. Primeiro, muitas doutrinas nacionalistas e muitos movimentos políticos nacionalistas floresceram em sociedades que ainda não haviam experimentado essa transformação do industrialismo. Segundo, apenas algumas partes do mundo passaram por essa transformação. No entanto, podemos constatar o desenvolvimento de sentimentos nacionais largamente compartilhados em regiões do mundo que ainda não atingiram esse estágio. A agricultura comercial, a educação em massa e os modernos sistemas de comunicação podem produzir, todos eles, muitos dos efeitos que Gellner relaciona com o industrialismo. Ainda que, noutros lugares, o nacionalismo dependa da industrialização (como modelo e como fornecedora dos recursos), isso enfraquece as relações explicitadas na teoria de Gellner. Temos aqui dois aspectos: existem meios de difundir uma cultura nacional em sociedades não industrializadas e existem formas politicamente significativas de nacionalismo em sociedades não industriais. Podemos acrescentar um terceiro dado: como movimento político específico, muitas vezes o nacionalismo é bastante fraco nas sociedades industriais culturalmente homogêneas que vivem nos modernos Estados nacionais.

Portanto, é preciso separar algumas coisas que são diferentes. Em particular, a relação entre nacionalismo (considerado como oposição a participar de uma cultura nacional amplamente compartilhada) e industrialização não é tão sólida quanto sugere a exposição de Gellner.

Não duvido que as culturas nacionais sejam mais desenvolvidas nas sociedades industrializadas e que isso tenha grande impacto sobre o caráter do nacionalismo em tais sociedades. Entretanto, parece-me que a ligação entre elas e o nacionalismo — seja como doutrina, como política ou como um sentimento comum — é muito frouxa.

Nacionalismo e modernização política

Minha preferência pessoal é começar pelo exame do nacionalismo como política. Os movimentos políticos, por um lado, podem ser ligados a doutrinas políticas. (Quais são as origens das idéias empregadas pelos movimentos nacionalistas?) Por outro, também podem ser ligados a sentimentos amplamente compartilhados. (Até que ponto os movimentos nacionalistas são capazes de mobilizar uma ampla base de apoio, e que papel desempenha seu apelo aos sentimentos nacionais nessa mobilização?) Convém frisar, entretanto, que, em determinados casos, essa ligação pode ser negativa. Um movimento nacionalista pode ignorar os intelectuais nacionalistas e, em vez deles, basear-se em valores religiosos, e pode obter mais êxito através de contatos com a elite e de relações com governos do que pela mobilização do apoio popular. Por fim, a mobilização que efetivamente ocorre pode basear-se num apelo a interesses setoriais ou valores não nacionalistas, e não na propaganda e no compromisso nacionalistas.

Todavia, como já afirmei, a ação política nacionalista tende a criar um conjunto mais coerente de doutrinas e sentimentos, e a tornar mais fácil avaliar-lhes a importância. As exigências da ação política, seja ela de movimentos oposicionistas ou dos governos, disciplinam as idéias e as direcionam para objetivos práticos, bem como canalizam sentimentos difusos numa direção particular. Pode-se ter uma medida da importância do assunto, indagando quanto apoio esses movimentos políticos conseguem granjear em sua sociedade e quão poderosos eles são, ao passo que é notoriamente difícil avaliar a importância das idéias ou sentimentos “em si”. Os movimentos políticos costumam deixar uma rica variedade de fontes para o historiador, que pode garantir-se contra as especulações vazias ou as generalizações enganosas a partir de uma base de dados muito restrita. Por todas essas razões bastante práticas, penso que há muito a dizer em defesa da abordagem do nacionalismo, em primeiro lugar, como política.

O passo seguinte é relacionar isso com um quadro de referência em que o surgimento do nacionalismo seja ligado ao processo de modernização. Em termos gerais, eu concordaria com as concepções de Gellner sobre a modernidade.

Em especial, partiria da idéia da modernização como algo que implica uma mudança fundamental na *divisão geral do trabalho*.²⁷ O que se pretende dizer com essa expressão, em contraste com *divisão econômica do trabalho*, que é mais específica, é que as categorias mais amplas da atividade humana — coerção, conhecimento e produção (ou, em termos mais convencionais, poder, cultura e economia) — são redefinidas e colocadas numa relação diferente umas com as outras. Acima de tudo, eu chamaria a atenção para o que denominaria transição, na Europa, de uma divisão corporativa para uma divisão funcional do trabalho. Por divisão corporativa do trabalho, refiro-me a uma sociedade com uma gama muito complexa de funções, mas onde um grupo de funções diferentes é exercido por instituições específicas, em geral em benefício de algum grupo distinto. Por exemplo, a guilda ideal ou típica exerce funções econômicas (regulação da produção e distribuição de determinados bens e serviços), funções culturais (cuidar da educação geral e também da formação técnica dos aprendizes, organizar as principais atividades recreativas e cerimoniais dos seus membros e até instaurar a observância dos preceitos religiosos) e funções políticas (dirigir tribunais que impõem e aplicam penalidades aos membros e que participam automaticamente dos governos municipais). As igrejas, as senhorias, as comunidades camponesas e até o monarca, em sua qualidade de senhor de terras privilegiado, também exibem essas características multifuncionais. Não se deve retratar essa divisão do trabalho como sendo consensual, ou “orgânica”, em nenhum sentido. Há muitos pontos de conflito; em algumas funções, determinadas instituições reivindicam poderes universais ou, pelo menos, muito abrangentes (as igrejas e as doutrinas religiosas, os monarcas e a lei), embora, na verdade, costumem depender de outras instituições para desempenhar essas funções em níveis mais baixos. Há também disputas quanto às fronteiras de competência a serem traçadas entre as diferentes instituições, bem como conflitos internos em várias delas. Além disso, essa noção de divisão corporativa do trabalho deve ser vista como um tipo ideal. Na realidade, há muitos desvios desse tipo. No fim do século XVIII, essa divisão do trabalho foi submetida a incisivas críticas intelectuais e, em muitas regiões da Europa Ocidental e Central, já estava desmoronando.

As críticas — sobretudo as associadas a credos racionalistas, tais como o Iluminismo, a fisiocracia e a economia política clássica — almejavam uma divisão do trabalho diferente, pela qual cada uma das principais funções sociais ficasse concentrada em determinadas instituições. As funções econômicas seriam desvinculadas das outras e concentradas em indivíduos e empresas que operassem num mercado livre. As igrejas se transformariam em livres associações de fiéis. O poder seria exercido através de burocracias especializadas, sob o controle de parlamentos eleitos ou déspotas esclarecidos. Havia grandes variações nessas críticas, que, em alguns casos, podiam elevar uma dessas

funções acima das outras (a economia política clássica e o mercado, os jacobinos e a política), mas todas apontavam para essa transformação básica.

Historicamente, tal transformação não transcorreu sem problemas. Além disso, os diversos elementos da transformação desenvolveram-se em velocidades e épocas diferentes, bem como de maneiras diferentes. Para ligar esse quadro de referência à política nacionalista, é preciso enfocar um dos aspectos da transformação. Trata-se do desenvolvimento do Estado moderno. Aqui, dada a escassez de espaço, farei afirmações apenas sobre as linhas mestras desse desenvolvimento na Europa.

Originalmente, o Estado moderno desenvolveu-se sob uma forma liberal — isto é, implicou uma concentração de poderes “públicos” em instituições estatais especializadas (parlamentos, burocracias), enquanto deixava muitos poderes “privados” sob o controle de instituições não políticas (mercados livres, empresas privadas, famílias etc.). Isso envolveu uma dupla transformação do governo: instituições como a monarquia *perderam* certos poderes “privados” (por exemplo, a principal fonte de renda proveniente das terras reais e a posse ou a concessão de monopólios); outras instituições, como as igrejas, guildas e senhorias, perderam seus poderes “públicos” de governo. Desse modo, elaborou-se uma idéia clara e distinta do Estado como “público” e da “sociedade civil” como “privada”, idéia que pareceu ter certa influência sobre a realidade.

Essa idéia foi reforçada por mudanças correlatas nas relações entre os Estados. Primeiro, o desenvolvimento de uma idéia explícita do Estado como única fonte das funções políticas foi associado a uma idéia moderna de soberania. Todos os poderes de coerção tinham que ficar com o Estado. Isso também exigiu uma definição muito mais clara das fronteiras do Estado, particularmente se se leva em conta que o processo de formação do Estado moderno na Europa ocorreu no contexto de uma competição entre diversos Estados. É interessante, por exemplo, que uma das questões em disputa quando da eclosão da guerra entre a França e os Estados do Ancien Régime, em 1792, tenha sido a origem do poder sobre os enclaves que, dentro da França, deviam alguma fidelidade ao Sacro Império Romano.²⁸ A concepção moderna da França como um espaço claramente delimitado, dentro do qual o Estado francês era soberano, opôs-se a uma concepção mais antiga do poder como conjuntos variáveis de privilégios, relacionados com diferentes grupos e territórios. As idéias claras e distintas do Estado como única fonte da soberania em um território delimitado são marcos do Estado moderno.

A desintegração dos vínculos corporativos significou que, tanto no Estado quanto na sociedade civil, houve uma nova ênfase nas pessoas como indivíduos, e não como membros de grupos. O problema principal dos que procuravam estabelecer a ordem política nessas situações, bem como dos que tentavam entendê-la, converteu-se em como estabelecer a ligação Estado-sociedade,

em como manter uma certa harmonia entre os interesses públicos dos cidadãos e os interesses privados de indivíduos (ou famílias) egoístas. As idéias nacionalistas podiam ser relacionadas com ambas as principais formas assumidas pelas tentativas de solucionar esse problema, aquela que impunha os ideais de cidadania à sociedade e a que impunha os interesses (individuais ou de classe) da sociedade civil ao Estado.²⁹

Em primeiro lugar, houve a solução política da cidadania. Uma sociedade de indivíduos era simultaneamente definida como uma sociedade de cidadãos. Através da participação em instituições liberais e democráticas se podia gerar um sentimento de compromisso com o Estado. A “nação”, nesse sentido, era simplesmente o corpo de cidadãos. O importante eram os direitos políticos, não as identidades culturais dos que eram cidadãos. Essa idéia de nacionalidade sustentou os projetos dos patriotas oitocentistas. Em sua forma mais extremada, tal como expressa por Rousseau e praticada por Robespierre, ela ameaçou obliterar a noção de “liberdade” como privacidade para além do Estado, definindo-a exclusivamente como a participação na implementação da “vontade geral”.³⁰

A segunda “solução” consistiu em frisar o caráter *coletivo* da *sociedade*. A princípio, esse foi sobretudo um argumento das elites políticas, confrontadas com um problema intelectual (como legitimar a ação do Estado?) e com um problema político (como apelar para grupos sociais, tendo em vista obter seu apoio para a política de alguém?). De certo modo, foi uma contingência que, nas condições modernas, em muitos casos, a “cultura” também tenha passado a ser cada vez mais padronizada, atravessando diferentes grupos sociais, como Gellner afirmou. Os argumentos do nacionalismo podiam servir para proporcionar um sentimento de identidade, em lugar dos critérios sociais (sobretudo os do privilégio) empregados na sociedade corporativista.

O liberalismo, primeira grande doutrina política da modernidade, teve dificuldade em se haver com a idéia de interesses coletivos ou comunitários aos quais se devesse conceder reconhecimento político.³¹ Do mesmo modo, porém, muitos grupos não conseguiam conciliar-se com o caráter abstrato e racional do liberalismo, especialmente quando os direitos formais de participação mascaravam uma desigualdade real, socialmente estruturada. Tais grupos podiam sentir-se atraídos por um nacionalismo capaz de transformar a identidade cultural num projeto político. Além disso, nas condições modernas, também era possível e necessário desenvolver linguagens e movimentos políticos que apelassem deliberadamente para uma vasta gama de grupos ocupantes de um dado território, e isso o nacionalismo podia fazer. Logicamente, os dois conceitos de nação — um corpo de cidadãos e uma coletividade cultural — são conflitantes. Na prática, o nacionalismo tem sido uma espécie de passe de mágica ideológico que procura vincular essas duas idéias.³²

Dado esse caráter de prestidigitação, bem como a neutralidade política das identidades culturais para as quais o nacionalismo apela (o que significa que elas ficam disponíveis para muitos usos políticos), o nacionalismo assumiu uma impressionante variedade de formas. A fim de passar desse ponto de partida muito geral para o estudo de movimentos nacionalistas específicos, faz-se necessária uma tipologia, bem como alguns conceitos que chamem a atenção para as diferentes funções exercidas pela política nacionalista. Vou basear-me em exemplos do império dos Habsburgos e tecer algumas comparações com o império otomano.

Para começar, os argumentos referentes ao Estado como corpo de cidadãos ou como a expressão política de uma comunidade precisam ser ligados ao desenvolvimento de movimentos políticos. Num mundo em que a legitimidade política ainda não se baseava na nacionalidade, esses movimentos foram, a princípio, de oposição. Só numa etapa posterior é que os próprios governos, formados pelo sucesso das oposições nacionalistas ou adotando as idéias dessas oposições, fizeram dos argumentos nacionalistas a base de suas reivindicações de legitimidade.

Em segundo lugar, é preciso distinguir dois casos: em um deles, a oposição age em nome de uma nação que ocupa apenas parte do território do Estado existente; no outro, ela é idêntica a esse território ou maior do que ele. Essas distinções dão origem a três estratégias políticas básicas: *separação*, *reforma* e *unificação*. Há nessa tipologia algumas complicações, que examino em meu livro e nas quais não posso entrar aqui.

Em terceiro lugar, distingo três funções diferentes que as idéias nacionalistas podem exercer. São as funções de *coordenação*, de *mobilização* e de *legitimidade*. Por coordenação entendo que as idéias nacionalistas são usadas para promover interesses comuns entre elites que, afora isso, opõem-se ao Estado existente a partir de interesses bastante distintos. Por mobilização refiro-me ao uso das idéias nacionalistas para gerar apoio para o movimento político, por parte de grandes grupos até então excluídos do processo político. Por legitimidade refiro-me ao uso das idéias nacionalistas para justificar as metas do movimento político, tanto em relação ao Estado a que ele se opõe quanto em relação a poderosos agentes externos, como Estados estrangeiros e suas correntes de opinião pública.

Tendo esboçado esse quadro de referência, eu gostaria de propor algumas hipóteses sobre o desenvolvimento do nacionalismo nos impérios otomano e dos Habsburgos.³³

No império dos Habsburgos, as funções internas de coordenação e mobilização eram de especial importância, e a ideologia do nacionalismo estava bastante desenvolvida. No império otomano, a função externa de legitimidade tinha importância muito maior. Grande parte da elaboração da tese nacionalista foi importada do exterior, inclusive do império dos Habsburgos; em

muitos casos, se comparada a esse império, sua forma era bastante crua e rudimentar. No entanto, no fim do século XIX, as oposições nacionalistas ao império otomano na Europa tiveram um sucesso muito maior — se a conquista da autodeterminação nacional for a principal medida utilizada — do que as oposições ao império dos Habsburgos. Meu quadro de referência permite que se desenvolva uma análise comparativa dos diversos casos envolvidos, bem como explicações das diferenças.

Não há espaço aqui para entrarmos em detalhes descritivos. Permitam-me apenas fazer algumas afirmações sucintas. Primeiro, é preciso distinguir entre os movimentos nacionalistas de grupos culturais dominantes, como os magiares e os gregos, e os de grupos mais subalternos, como os romenos e os sérvios. Para fins de comparação, é de especial utilidade que os romenos e os sérvios tenham vivido nos dois impérios.

No caso dos Habsburgos, o importante é que esse era um Estado feudal, onde o poder local estava entregue a grupos privilegiados. Isso deu aos húngaros uma base institucional para desenvolver um movimento de oposição nacional. O processo de modernização política, sobretudo as reformas de Josefina, ameaçava de várias maneiras a situação dos húngaros — através da política da língua oficial alemã, da ampliação do poder burocrático central e das tentativas de reduzir o papel dos privilégios em certas esferas, como a posse de terras ou as crenças religiosas.

Nessa situação, alguns aristocratas húngaros puderam passar a se ver menos como colaboradores privilegiados dentro de uma dinastia e mais como líderes de uma nação ameaçada de cima por um Estado controlado pelos alemães. Através de reformas eclesiásticas, educacionais e agrárias, esse Estado, mesmo inadvertidamente, também promovia a inquietação entre grupos subalternos de eslavos e romenos.

Eu gostaria de frisar o modo muito hesitante como se desenvolveu essa reação nacional.³⁴ Não houve uma passagem súbita para a oposição; havia grande relutância em aceitar as implicações da tese nacional, que envolveriam suprimir as desigualdades dos privilégios dentro da nação húngara (passando da coordenação pelas elites da nobreza, da aristocracia rural e da intelectualidade para a mobilização dos camponeses magiares). Os acontecimentos de 1848 transformaram e radicalizaram a passagem para a oposição nacionalista. Mas foi essa passagem que, por sua vez, gerou movimentos nacionalistas nos grupos subalternos. Esses grupos, aos quais faltava a variada estrutura de elite dos húngaros, foram antes de mais nada movimentos de camponeses liderados pela Igreja e a intelectualidade. A mobilização teve um papel mais importante do que a coordenação. Embora esses movimentos recorressem a pessoas de fora (basta lembrar, por exemplo, o quanto Kossuth tornou-se um favorito dos liberais e radicais norte-americanos e europeus ocidentais depois de 1849), isso teve uma

importância restrita. De fato, a intervenção externa mais significativa deu-se em 1849, feita pelos russos em defesa da antiga ordem dinástica.

Obviamente, qualquer estudo detalhado precisaria destacar, entre muitas outras coisas, a natureza das diferenças religiosas, os padrões de posse da terra, o caráter do campesinato, a política adotada pelos governantes Habsburgos confrontados com oposições nacionais, as quais, por sua vez, entravam em conflito entre si. A teoria não se destina a fornecer tais explicações, mas apenas a esboçar um quadro de referência dentro do qual elas possam ser fornecidas. O quadro de referência, que esbocei, permite que se faça isso.³⁵

No caso do império otomano, não havia uma estrutura feudal, com aristocracias locais que exercessem a maior parte do poder sob uma frouxa supervisão central. Havia, antes, uma burocracia patrimonial, que, no entanto, concedera autonomia a certas unidades da Igreja Ortodoxa Grega. No século XIX, essa burocracia patrimonial achava-se em estado avançado de decadência nos territórios europeus, sendo incapaz, por exemplo, de pagar seus soldados. A oposição política desenvolveu-se onde a autoridade estatal mostrava-se mais enfraquecida, como na península grega.

Essa oposição foi muito menos estruturada do que no império dos Habsburgos, baseando-se nos padres ortodoxos gregos e nas personalidades locais (comerciantes, senhores de terras), amiúde obrigados a assumir um poder maior por causa da desarticulação da autoridade otomana. Embora tenham ocorrido alguns massacres de comunidades nas pequenas cidades onde tinha havido um substancial povoamento turco, não houve grande coisa em termos de conflito de nacionalidades, pois na maioria das regiões não havia a clara relação entre a língua e os privilégios que se verificava em partes do império dos Habsburgos.

Os movimentos de autonomização local sem elites dominantes, sem nenhum projeto de reforma social capaz de mobilizar o apoio popular e baseados em instituições eclesiásticas, e não em privilégios que tinham em si dimensões étnicas, dificilmente podiam dar origem ao nacionalismo. O que logrou fazê-lo foi, de um lado, o papel dos governos externos, sobretudo o governo czarista, com sua proclamada missão eslava, e, de outro, a opinião pública ocidental, ou seja, o entusiasmo dos britânicos, franceses e outros ocidentais a favor da luta “grega” pela independência. Por diversas razões, esses governos apoiaram alguns movimentos de autonomização, em vez de procurar favorecer a autoridade otomana ou tentar assumir o controle direto. As teses nacionalistas deram legitimidade a essa política.

Em conseqüência disso, o nacionalismo funcionou de modos muito diferentes nos dois impérios. Mesmo quando se considera uma “mesma” nação, como os romenos, há grandes diferenças. Os romenos otomanos não estavam reagindo contra um grupo cultural definido e privilegiado, mas formaram um movimento muito restrito de autonomização, liderado pelos governantes locais

(*hospodares*). A intervenção internacional foi decisiva para criar um Estado romeno, e até obrigou os que estavam no poder a aceitarem muitas das idéias do Ocidente (por exemplo, no tocante à emancipação judaica). Entretanto, só era possível encontrar um governante se um Hohenzollern fosse importado, e a constituição pouco se assemelhava às práticas tradicionais da política local. Por outro lado, o movimento nacionalista romeno no império dos Habsburgos — reagindo contra a dominação húngara, liderado por religiosos e intelectuais leigos e defendendo um projeto de reforma e autonomia — foi um movimento opositorista muito mais marcante. Todavia, e em estreita ligação com isso, ele deparou com um Estado muito mais poderoso e que contava com um apoio internacional muito maior do que o império otomano.

Eu extrairia dessas considerações duas conclusões principais. Primeiro, foi um processo de modernização política no império dos Habsburgos que moldou o desenvolvimento da oposição nacionalista. Essa oposição pôde incorporar idéias vindas de outras regiões (por exemplo, as idéias de Herder sobre os magiares como uma nação ameaçada por cima e por baixo), que pareciam dar grande sentido à sua situação, para reunir várias elites e gerar apoio popular. Em contraste, foi um processo de decadência política no império otomano que estimulou a ascensão de movimentos de autonomização em diferentes áreas. Somente em virtude do desenvolvimento prévio de idéias nacionalistas em outros lugares é que esses movimentos puderam passar a empregar esses argumentos, que nunca exerceram funções internas importantes nos movimentos nacionalistas.

Segundo, isso me sugere que a modernização do Estado é crucial para o desenvolvimento de movimentos nacionalistas autênticos e fortes. Sem essa modernização estatal, o nacionalismo é simplesmente uma retórica que fornece poucos indícios quanto ao verdadeiro caráter dos movimentos. Eles ficam dependentes do desenvolvimento anterior de idéias nacionalistas em outras sociedades.

Eu diria que o quadro de referência que delineei, usado para elaborar uma análise comparativa dos movimentos nacionalistas, fornece a melhor maneira para compreender globalmente o nacionalismo.

CONCLUSÃO

Resumo

Enunciarei essas idéias simplesmente como uma série de proposições curtas:

1. O nacionalismo precisa ser entendido como algo peculiarmente moderno. As abordagens que não contêm alguma teoria da modernidade não conseguem compreender esse seu traço fundamental.

2. O nacionalismo precisa ser definido com clareza.
3. Essa definição sugere três tipos de temas: doutrinas, política e sentimentos.
4. Há vantagens especiais em concentrar na política o foco da atenção.
5. Uma vez transformada a política nacionalista no centro da atenção, a teoria da modernidade deve concentrar-se na modernização política.
6. O aspecto central da modernização política é o desenvolvimento do Estado soberano e delimitado por fronteiras, como parte de um sistema de Estados em competição. Isso, por sua vez, é parte de uma passagem mais ampla para sociedades em que as funções principais (políticas, econômicas e culturais) concentram-se em instituições especializadas.
7. A melhor maneira de compreender a política nacionalista é vê-la como algo que constitui, a princípio, uma espécie de resposta oposicionista à modernização política. Para descrever essas respostas, é preciso distinguir entre as diferentes estratégias das oposições nacionalistas (separação, reforma, unificação) e as diferentes funções das idéias nacionalistas nessas oposições (coordenação, mobilização, legitimidade).
8. Com esse quadro em mente, é possível comparar e contrastar os diferentes nacionalismos. Tais comparações sugerem que, quanto mais solidamente desenvolvido é o processo de modernização política, mais fortemente desenvolvidas são as oposições nacionalistas.

Observações finais

O foco incidiu aqui sobre o fim do século XVIII e o século XIX, assim como sobre o desenvolvimento dos primeiros movimentos nacionalistas. Claramente, no início do século XX, a idéia nacional havia-se convertido na norma. Isso torna cada vez mais difícil teorizar sobre o nacionalismo. Uma vez desenvolvido o Estado moderno, territorial e soberano, houve uma tendência esmagadora para que as populações desses Estados se identificassem com eles (ou contra eles) em termos nacionais. Quando o Estado nacional generalizou-se por grande parte da Europa — embora tanto em decorrência de guerras perdidas e intervenções externas quanto em virtude do poder dos movimentos nacionalistas —, todos haviam passado a falar a linguagem do nacionalismo. Apoiando-me na comparação entre Habsburgos e otomanos, afirmei que o simples fato de se falar a linguagem do nacionalismo pode servir aos interesses de movimentos políticos que não são realmente nacionais em nenhum outro aspecto. Num mundo em que quase todos são nacionalistas de um modo ou de outro, torna-se mais importante distinguir os nacionalismos do que dispor de uma teoria sobre o nacionalismo.

Quando publiquei meu livro sobre o nacionalismo, há mais de uma década, sugeri que, na maior parte do mundo, o nacionalismo como política autêntica (não como a retórica empregada por todos os governos nacionais) estava

desaparecendo. Eu ainda defenderia essa tese. Mas tentei apontar algumas exceções. Dentre estas, a primeira que escolhi foi a Europa Oriental. Devo confessar que não fui um grande profeta ao escrever:

Ainda existem áreas do mundo em que o tipo de situação que gerou originalmente o nacionalismo continua a existir. Na Europa Oriental, poderíamos imaginar setores da comunidade política, noutros países que não a União Soviética, passando para uma postura nacionalista, embora o grau de controle político e a necessidade de usar outras justificativas ideológicas que não as do nacionalismo tornem isso altamente improvável.³⁶

Venho tentando verificar se a abordagem que esbocei pode ser útil na compreensão dos acontecimentos europeus contemporâneos.³⁷ O Estado moderno, como instituição especializada e soberana, nunca se desenvolveu na Rússia. Ao contrário, houve ali uma passagem direta de um Estado czarista que tinha mais peso nas camadas superiores para um Estado comunista ainda mais poderoso. As instituições da sociedade civil — o mercado, as sociedades voluntárias, as igrejas livres — foram tolhidas em sua primeira infância. No caso da Europa Central, os avanços anteriores foram obrigados a um recuo, por força da imposição do domínio comunista a partir de 1945.

Talvez se possa argumentar que a incapacidade de introduzir a modernização pelo caminho da especialização funcional impôs limites ao alcance do desenvolvimento político e econômico. Esses limites levaram, eventualmente, a crises e reformas. Muitas dessas reformas — sobretudo na esfera política, com as tentativas de aumentar a responsabilidade política — representaram uma tentativa tardia de modernização. Mas as reformas levaram ao colapso político. Para substituir a ordem decadente, as sociedades civis subdesenvolvidas têm que se pautar em quaisquer vínculos que possam existir entre as elites (comunistas reformistas, ex-dissidentes, líderes eclesiásticos, especialistas técnicos e econômicos etc.) e as camadas mais amplas da população. A identidade étnica, particularmente nos Estados em que o governo comunista está ligado à dominação de um grupo cultural (os russos, os sérvios), é uma maneira evidente e disponível de estabelecer esses vínculos. Ela tanto pode levar a conflitos quanto à cooperação (aliás, os dois caminham de mãos dadas, à medida que se improvisam novas formas coletivas de ação). Entretanto, não se deve esquecer que há outras fontes de conflito além das construídas com base na identidade étnica.

Esse processo vem ocorrendo numa situação muito diferente da que prevaleceu nos movimentos nacionalistas do século XIX nos Estados dinásticos multinacionais. Temos agora sociedades industrializadas, alfabetização em massa, técnicas modernas de comunicação etc. Não obstante, eu afirmaria que há também algumas semelhanças estruturais básicas. Um tipo de análise elaborado para compreender os impérios otomano e dos Habsburgos pode ter alguma validade no tocante à desintegração do império soviético.

Eu certamente resistiria à idéia de que a Europa Oriental e Central estejam “retornando” a antigas identidades e conflitos de nacionalidade (a explicação primordialista). Do mesmo modo, embora a nacionalidade esteja sendo claramente usada, em alguns casos, como um instrumento de determinadas elites (por exemplo, a liderança comunista sérvia), é preciso encontrar uma explicação mais profunda para a razão por que esse instrumento está disponível. Em termos muito provisórios, eu sugeriria que o tipo de quadro de referência que delineei também poderia ser usado nesses casos contemporâneos.

Naturalmente, cabe a outros julgar se as idéias que esbocei são úteis e se as conclusões específicas que extraí de sua aplicação a certos casos são válidas e significativas.

NOTAS

1. Elie Kedourie, *Nationalism*, Londres, 1960. Jacob L. Talmon, *The Myth of the Nation and the Vision of Revolution*, Londres, 1981.
2. Ver, por exemplo, Carlton Hayes, *The Historical Evolution of Nationalism*, Nova York, 1931.
3. Ver, por exemplo, Hugh Seton-Watson, *Nations and States: An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*, Londres, 1977.
4. Isso se aproxima mas não se identifica com a “doutrina nuclear” desenvolvida por Anthony D. Smith, *Theories of Nationalism*, Londres, 1971, p. 21. Para uma elaboração adicional, ver John Breuilly, *Nationalism and the State*, Manchester, 1985, p. 3-18.
5. Kedourie, *Nationalism*, p. 9.
6. Ver Breuilly, *Nationalism and the State*, introdução e capítulo 1.
7. Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford, 1986. Para uma aplicação adicional à história moderna, ver também seu livro mais recente, *National Identity*, Harmondsworth, 1991.
8. Smith, *Ethnic Origins*, p. 32.
9. Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, Oxford, 1983.
10. Quanto à distinção entre as nações “históricas” e “não históricas”, que fez parte do “senso comum” político da Europa oitocentista, ver, por exemplo, Roman Rosdolsky, “Friedrich Engels und das Problem der ‘Geschichtslosen Völker’”, *Archiv für Sozialgeschichte*, v. 4, 1964, p. 87-282, e Charles C. Herod, *The Nation in the History of Marxian Thought: The Concept of Nations with History and Nations without History*, Haia, 1976.
11. Smith, *National Identity*.
12. Smith prestou o serviço de colher inúmeras afirmações desse tipo na história antiga e medieval. Os historiadores do período medieval comumente produzem essas coletâneas, que parecem dar origem a discussões intermináveis sobre a existência ou inexistência do nacionalismo nesse período. Ver, por exemplo, Otto Dann (org.), *Nationalismus in vorindustrieller Zeit*, Munique, 1986.
13. Breuilly, *Nationalism and the State*, capítulo 1.
14. Ernest Gellner, *Plough, Sword and Book: The Structure of Human History*, Londres, 1988.
15. Discuto isso mais extensamente em Breuilly, *Nationalism and the State*, capítulo 3.
16. Ver Anthony D. Smith, *Theories of Nationalism*, Londres, 1971, e a introdução de Breuilly, *Nationalism and the State*.

17. Tenho descartado as explicações psicológicas. Entretanto, chamou-me a atenção uma argumentação muito criteriosa e convincente que utilizou conceitos da psicologia: William Bloom, *Personal Identity, National Identity and International Relations*, Cambridge, 1990. Agradeço ao prof. Lemberg por essa referência.
18. Esse tipo de argumento esteve, por exemplo, no cerne da primeira explicação teórica dada por Gellner ao nacionalismo: Ernest Gellner, *Thought and Change*, Londres, 1964, p. 147-178.
19. Exposto de modo mais explícito e geral em Gellner, *Plough, Sword and Book*.
20. Há uma extensa bibliografia crítica sobre as explicações funcionalistas. Para uma pequena introdução a alguns dos problemas, achei muito útil o livro de Steve Rigby, *Marxism and History: A Critical Introduction*, Manchester, 1987, p. 84-91.
21. Para uma exposição de como o nacional, especialmente sob a forma de história política narrativamente descrita, passou a figurar na compreensão do passado alemão e também a moldar a cultura política desses historiadores, ver Georg Iggers, *Deutsche Geschichtswissenschaft. Eine Kritik der traditionellen Geschichtsauffassung von Herder bis zur Gegenwart*, Munique, 1971; Thomas Nipperdey, *Deutsche Geschichte 1866-1918*, v. 1: *Arbeitswelt und Bürgergeist*, Munique, 1990, p. 633ss.; Bernd Faulenbach, *Ideologie des deutschen Weges: die deutsche Geschichte in der Historiographie zwischen Kaiserreich und Nationalsozialismus*, Munique, 1980.
22. Essa crítica da narrativa baseia-se em valores racionalistas “modernistas” — não estou lançando dúvidas sobre esse tipo de relato histórico a partir da posição pós-moderna atualmente em voga. Também gostaria de enfatizar que não vejo nada de errado na abordagem “teleológica” da história, desde que fique claro que a teleologia fornece apenas as perguntas (o que contribuiu, no começo do processo, para o que sucedeu com ele depois?) e não as respostas.
23. Elaborei esse argumento em estilo crítico em John Breuilly, “Nation and Nationalism in Modern German History”, *The Historical Journal*, v. 33, n. 3, 1990, p. 659-675, e de maneira mais positiva em “Introduction: The National Idea in Modern German History”, in John Breuilly (org.), *The State of Germany: The National Idea in the Making, Unmaking and Remaking of a Modern Nation-State*, Londres, 1992, p. 1-28.
24. Quanto à necessidade de preservar o sentido da contingência na teoria social geral, ver Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence*, Cambridge, 1985, especialmente p. 31-34. Quanto a alguns dos problemas de como combinar uma narrativa com o senso de contingência, especificamente em relação às revoluções alemãs de 1848, ver Thomas Nipperdey, “Kritik oder Objektivität? Zur Beurteilung der Revolution von 1848”, em *Gesellschaft, Kultur und Theorie: Gesammelte Aufsätze zur neueren Geschichte*, Göttingen, 1976, p. 259-278.
25. Como muitos outros, tomei conhecimento da rigorosa abordagem comparativa de Hroch pela primeira vez através de Miroslav Hroch, *Vorkämpfer der nationalen Bewegungen bei den kleinen Völkern Europas*, Praga, 1968. É lamentável para os leitores de língua inglesa que a versão para o inglês (*Social Preconditions of National Revival in Europe: A Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*, Cambridge, 1985) seja uma versão muito condensada e abreviada.
26. Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, 1983. Fiz uma extensa resenha crítica desse livro, bem como de Gellner, *Nations and Nationalism*, em John Breuilly, “Reflections on Nationalism”, *Philosophy of the Social Sciences*, v. 15, 1985, p. 65-75.
27. Gellner, *Plough, Sword and Book*.
28. Ver Timothy Blanning, *The Origins of the French Revolutionary Wars*, Londres, 1986, quanto a esse caso particular. Quanto ao sentido das fronteiras no caso francês, ver P. Sahlins, *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*, Berkeley, 1989. Quanto à Alemanha, ver Alexander Demandt (org.), *Deutschlands Grenzen in der Geschichte*, Munique, 1990. Para um exame mais teórico da passagem de um “limite” para uma “fronteira”, ver Giddens, *The Nation-State and Violence*, p. 49-53.

29. Desenvolvo extensamente esse argumento em Breuilly, *Nationalism and the State*, capítulo 16.
30. Ver a coletânea de ensaios de Otto Dann e John Dinwiddy (orgs.), *Nationalism in the Age of the French Revolution*, Londres/Ronceverte, 1988.
31. Para uma crítica convincente do liberalismo a partir dessa perspectiva, ver Michael Sandel, *Liberalism and the Limits of Justice*, Cambridge, 1982.
32. Esses aspectos são elaborados na conclusão de Breuilly, *Nationalism and the State*.
33. Baseio-me aqui especialmente nos argumentos do capítulo 3 de Breuilly, *Nationalism and the State*.
34. István Deak, *The Lawful Revolution: Louis Kossuth and the Hungarians, 1848-49*, Nova York, 1979.
35. Ver o ensaio de András Vári in Eva Schmidt-Hartmann (org.), *Formen des nationalen Bewusstseins im Lichte zeitgenössischer Nationalismustheorien*, Munique, 1994, onde ele defende a elaboração dos conceitos que já esbocei, acrescentando alguns voltados para a composição social dos diferentes tipos de nacionalistas, de modo a compreender melhor o nacionalismo magiar ou húngaro. Eu não contestaria isso, e é claro que Vári usa com eficiência esses conceitos adicionais. Minha única restrição é de ordem metodológica: como instrumento de uma análise *geral*, há nítidas vantagens na multiplicação dos conceitos numa abordagem teórica. Só que simplesmente se acaba fazendo malabarismos com bolas em demasia. Dada a concentração de minha abordagem na política, acho melhor que os conceitos implicados se restrinjam a aspectos da ação política.
36. Breuilly, *Nationalism and the State*, p. 382.
37. Desenvolvi algumas dessas idéias na edição revista de *Nationalism and the State*, Manchester, 1993, especialmente no capítulo 17, "Nationalism in Contemporary East-Central Europe", que recebeu uma nova redação.